



» Entrevista | RAUL JUNGSMANN | EX-MINISTRO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Especialista no tema, considera contrassenso equiparar narcotráfico a terrorismo. Vê falhas na abordagem social da esquerda e na política de guerra defendida pela direita, movida a interesse eleitoreiro. E adverte: povo endossa ação violenta por se sentir abandonado

“A política sempre fugiu da segurança pública”

» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Ministro da Segurança Pública no governo de Michel Temer e um dos subrelatores da Lei Antiterrorismo sancionada em 2016, Raul Jungmann lamenta que interesses eleitoreiros contaminem o debate sobre o enfrentamento às facções criminosas, particularmente de governadores de direita com pretensões de alçar voos mais altos. Mas critica igualmente os “democratas” de esquerda, que tratam a segurança pública como um problema social, quando, na verdade, é preciso considerar também as ações de confronto. Em meio ao grande desentendimento entre estados e a União no combate ao crime, Jungmann vê a população aplaudir operações que dizem uma centena de pessoas, por se sentir abandonada pelo poder público. Nesta entrevista ao Correio, o ex-ministro considera fundamental avançar em proposições como a PEC da Segurança e o Projeto de Lei Antifacção.

O brasileiro está por conta e risco em relação à segurança pública?

Num país com a desigualdade do Brasil, a segurança pública está em primeiro lugar na cabeça das pessoas. Por quê? Porque existe um sentimento de abandono, de que ninguém cuida, de que ninguém resolve esse tipo de problema. E a verdade é que a política sempre fugiu desse problema. Agora, chegou a hora da verdade. Vamos ter que encarar e resolver isso.

O que há de mais importante no PL Antifacção enviado pelo Ministério da Justiça ao Congresso?

Esse projeto é necessário e muito bem-vindo. Primeiro, porque estabelece condições para que se faça o enfrentamento na esfera penal das milícias e do crime organizado — sobretudo aquele que domina territórios, como é o caso do Comando Vermelho (CV), do Primeiro Comando da Capital (PCC) e de tantos outros. São mais de 70 facções de base prisional, ou seja, surgiram dentro da penitenciária e continuam dando ordem de dentro do sistema. Sob esse aspecto, o projeto é muito bem-vindo, trazendo inovações como o perdimento dos bens ainda em fase de investigação, não só após o trânsito em julgado — isso é muito importante —; aumentando as penas; tratando da progressão; permitindo a infiltração de policiais; estabelecendo, também, penas conexas para armas, controle do território... Enfim, a lei antifacções é muito bem-vinda. Agora, está sendo desvirtuada por pressões e interesses políticos.

Qual sua avaliação sobre equiparar o narcotráfico ao terrorismo?

Fui um dos subrelatores da lei do antiterrorismo. Quero dizer que (equiparar narcotráfico e terrorismo) não faz nenhum sentido. Vou explicar a partir de três princípios. Primeiro: quando o crime ocupa um território, sequestra, fere ou mesmo mata, ele está fazendo a partir de um princípio, de uma lógica econômica. Ou seja, quando aquela facção está praticando esses delitos, não está pensando em derubar o governo, não está pensando em mudar a ideologia, os princípios constitucionais do Brasil. Não está pensando, por exemplo, em que a gente mude a nossa religião, por assim dizer. Não tem nada a ver com a política, absolutamente nada.

E o terrorismo?

Cheguei a conhecer 64 definições de terrorismo. E nenhuma delas deixa de associar o terrorismo com a política. Todas são relacionadas à política. Quando há um ato terrorista, esse ato acontece por quê? Porque aquele grupo de terroristas quer dobrar o Estado brasileiro. E, para isso, aterroriza a população. Então, a relação é totalmente outra. Aqui não tem número, não tem cálculo, não tem dinheiro, não tem droga, não tem nada disso. Além disso, vai significar uma enorme confusão mexer na lei antiterrorismo que temos, que é de 2016.

Qual é o segundo equívoco que o senhor vê nessa proposta de narcoterrorismo?

Outro ponto: para a Polícia Federal (PF) entrar no caso, terá de pedir a autorização dos governadores de estado. Quer dizer: pretendem simplesmente tirar a autonomia da Polícia Federal em matéria que é federal? Ora, o terrorismo é sempre contra o Estado. É sempre contra a União. Então, sendo a Polícia Judiciária da União, a Polícia Federal, automaticamente, está incluída nesse caso. Agora, o governador dizer se ela pode ou não pode entrar, isso é um contrassenso absoluto.

E o terceiro ponto?

O terceiro ponto é o seguinte: essa transformação da legislação penal como terrorismo possibilita a intromissão de outros países aqui. Possibilita, inclusive, que sejam bloqueadas contas ou empresas lá fora, no exterior. Em suma, é um volume tão complexo de interações e de problemas que não faz nenhum sentido isso acontecer. Você quer sancionar? Quer ampliar a pena? Amplia. Quer maximizar a perda? O período de detenção? Você faz o que você quiser. Mas considerar terrorismo é um imenso contrassenso.

Qual a intenção de quem defende equiparar terrorismo e crime organizado?

Para mim, é óbvio que são interesses eleitorais. Claramente interesses eleitorais, envolvidos, sobretudo, por governadores, alguns deles candidatos ou pré-candidatos à Presidência da República. Eles têm interesse em obter, digamos, essa vitória e apresentar-se como tendo feito a defesa da população. Geralmente, são governadores à direita do espectro político. Por que isso acontece? Sobre tudo porque democratas, esquerdas, liberais, até hoje não apresentaram uma alternativa que reúna a segurança pública e os direitos humanos. Na medida que a população apavorada vê o que aconteceu, por exemplo, no Rio de Janeiro, como algo voltado para a defesa dela, ela aplaude. E ela está certa. Ela aplaude independentemente da dimensão da mortandade, que é absurda — não precisava, nem deveria acontecer naquela escala. Mas o que ela vê ali? Vê uma defesa dela. Como a esquerda, liberais, democratas, não têm nada a apresentar e dizer: ‘Olha, aqui está um modelo diferente. Aqui está um modelo que combate. Aqui está um modelo que sobe na comunidade, que sobe na favela, seja onde for, mas que tem também respeito às normas legais. Tem respeito. Não é tiro, porrada e bomba’. A única coisa que fica claro para a população é que não há alternativa.

O governo federal tem alegado que uma alternativa de combate ao crime organizado seria, por

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Cheguei a conhecer 64 definições de terrorismo. E nenhuma delas deixa de associar o terrorismo com a política. Todas são relacionadas à política. Quando há um ato terrorista, esse ato acontece por quê? Porque aquele grupo de terroristas quer dobrar o Estado brasileiro. E, para isso, aterroriza a população. Então, a relação é totalmente outra”

exemplo, a Operação Carbone Oculto. Esse seria um dos caminhos ou não é suficiente?

É um bom caminho, porque os métodos de hoje estão muito avançados não só entre o crime organizado e o capital, mas, também, entre o crime e o Estado. Alcançou-se um nível de complexidade, de infiltração, de participação do crime organizado em todo o país — em empresas, em segmentos inteiros, como a gente viu no caso dos combustíveis, e também a participação em termos de partes do Estado que são capturadas pelo crime organizado. Acredito que aquela estratégia foi bem formulada e apresentou resultado, surpreendeu todo mundo, embora se imaginasse que era aquilo que estaria acontecendo na realidade.

Aumentar a pena tem algum impacto? A gente vê criminosos condenados a mais de 100 anos. Já têm uma pena muito alta e continuam praticando o crime.

Existem casos e casos. Têm casos em que, efetivamente, a pena chegou no limite. Em outros casos, não. O aumento da pena, mas particularmente a progressão da pena, tem potencial de reduzir (os crimes). Mas o que, de fato, muda? O que de fato muda é a diminuição da impunidade. Muito mais eficiente do que o aumento de pena é você, por exemplo, não ter apenas 20% dos homicídios devidamente esclarecidos no Brasil. É isso que faz com que aconteça o que estamos ainda vivendo no Brasil — apesar da queda que estamos

vivendo desde a minha época em que passei pelo Ministério da Segurança Pública. Se você não reduz a impunidade, se você não aumenta a certeza da punição, se ela é algo muito precário, por assim dizer, então o aumento de pena não é uma grande questão. Mas já acho um avanço que setores da esquerda estejam aceitando que a questão da criminalidade não é apenas social. E que, sobretudo, é preciso dar uma resposta a essa criminalidade, porque ela também envolve direitos humanos.

Explique melhor, por favor.

Quando um morador da comunidade tem que deixar a porta aberta para que a criminalidade vá lá se esconder; quando um morador de comunidade tem que sair com a família e ir embora; quando ele tem filhos sequestrados, levados, por exemplo, para o narcotráfico — isso também é direitos humanos. E é fundamental fazer a defesa deles. Por isso que defendo, há muito tempo, que democratas, em geral, têm de ser menos teóricos, menos ligados, embora nunca desligados da questão dos direitos humanos. Mas é preciso enfrentar. Não é deixar só para a direita o tiro, a porrada e a bomba, que a população reconhece que nisso aí está sendo feita a defesa dela — quando, na verdade, sabemos que isso não acontece ou acontece parcialmente.

Falou-se muito sobre se a operação nos complexos do Alemão e da Penha foi

estrategicamente preparada, com inteligência, com trabalho de investigação. O Projeto de Lei Antifacção trata, de alguma forma, de melhorar a investigação, a inteligência?

Temos um resultado muito concreto. Antes ou durante a ação, o governo do Rio de Janeiro divulgou que tinha como principais objetivos a captura dos líderes. Pergunto: algum deles foi preso? Não. Mas ainda onde é que está o “X” da questão? É você ver a população aplaudindo isso. Ela aplaude isso. Mas qual é o modelo alternativo apresentado para ela?

Por que é tão difícil solucionar a segurança pública no Brasil?

Venho estudando isso desde a Constituinte. Quando chega na Constituinte, nos debates que você tem sobre polícia e sobre também militares, você vai ver que a mudança é muito pouca. De modo geral, entre democratas e esquerdas, esses são temas dos quais querem distância. A verdade é essa: querem distância, por razões que fica para outro dia a gente explorar. Então, a grosso modo, democratas e esquerdas abraçam os direitos humanos, enquanto a direita abraça a segurança pública. O que preocupava os democratas em geral e a esquerda? Preocupava a questão da saúde, da educação, da previdência, da assistência e, claro, a questão da distribuição de renda e da economia. Militares e polícia são os dois grandes fracassos, por assim dizer, que temos no sentido de

um *aggiornamento* desde a Constituinte para cá. E, mesmo assim, você não vê surgir um projeto que, realmente, traga mudanças relevantes.

E no governo Lula?

O governo Lula tem modificado a atitude em três momentos importantes. O primeiro momento é quando ele lança a PEC 18 (PEC da Segurança Pública). A PEC 18 é fundamental — fui ministro da Segurança, posso falar bastante sobre isso. É fundamental para a coordenação das ações entre União, estados e municípios a ser feita pelo governo federal. É simplesmente, diria assim, o Ovo de Colombo, se a gente pode assim chamar. Por quê? Porque hoje, por exemplo, o PCC está em 28 países — isso são dados do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público) de São Paulo. E faturam, só com drogas, mais de US\$ 1 bilhão. E isso é responsável por 15%, 20% do faturamento deles. Olha onde é que nós estamos. Tenho dados, por exemplo, da inteligência em 2018, de que lá pelos anos 1990 o PCC começa com mil, 2 mil apenados. Quando você chega em 2018, estão exatamente com 13 mil. Hoje, são mais de 40 mil. Será que não estamos perdendo essa história? Será que essa sequência que estamos vendo aí de operações, o que de fato está dando certo em termos de ganho estrutural? Vocês podem me dizer o que acontece?